



# Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 140.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Está em votação a Ata.— Aprovada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro de Vossa Excelência, a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 39 Srs. Deputados.

A Mesa irá proceder a verificação requerida.

Os Srs. Deputados que aprovam a Ata que acaba de ser lida, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

A Mesa consulta os Srs. Deputados como votam.

32 Srs. Deputados aprovam.— Está aprovada.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIO:

Sob o n.º 009/81, do Senhor DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, no qual informa que em Sessão realizada em 17 do mês próximo passado, foi aprovado por unanimidade o requerimento de autoria do Sr. Vereador ALCIDES RAMOS, que solicita total e irrestrito apoio desta Casa, ao projeto de lei que visa implantar vários benefícios aos professores estaduais, como: elevação de níveis, menos carga horária, avanços diagonais, etc.— Ciente.— Arquite-se.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR SEME SALOMÃO, ocorrido na Cidade de APUCARANA, na presente data.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

### JUSTIFICATIVA:

A morte, traiçoeiramente, ceifou a vida de um dos mais leais e denodados servidores da Justiça em nossa cidade, cuja dedicação e exemplar zelo foram apanágio de toda a sua existência.

Sempre conduzindo seu pensamento para o bem de seu semelhante, refletindo seu trabalho e atos que nortearam-se exclusivamente para a generosidade, unindo colaboradores num único desejo - AMAR E SERVIR, tomando-se sempre centro de referência da comunidade apucaranaense.

Perdemos assim, um grande companheiro, um destacado

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Aguinaldo Pereira Lima.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron dy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56); achando-se em licença os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior. Em discussão a Ata.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência, se possível fizesse inserir na Ata dos trabalhos, duas observações importantes: a primeira referente ao Projeto de Lei 79/81, a questão de ordem do Deputado Deni Schwartz, diz que objetivava que a emenda deveria ser encaminhada à CCJ e conforme ocorreu na verdade e é do próprio Regimento, consta das notas taquigráficas, deveria passar para a Comissão de Finanças e não pela CCJ.

E a segunda observação, é que exatamente nos requerimentos que existiam a emenda, solicitou-se e foi deferido de que os votos contrários eram da Oposição.

Essas duas observações, realmente, não constam da Ata e nós pediríamos a Vossa Excelência se possível fazer a retificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e será anotado.

amigo, razão pela qual, se justifica plenamente nossa manifestação de solidariedade à família enlutada.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo infausto falecimento do Sr. Joaquim Teodoro de Oliveira, ocorrido em data de hoje, na Cidade de Campo Mourão, cidade da qual foi um dos pioneiros.

Outrossim, requer que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto, no seguinte endereço: Av. Manoel Mendes de Camargo, 2277, Campo Mourão—Pr.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1981.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO e  
ANTÔNIO COTRIM.

## JUSTIFICATIVA:

Paulista de nascimento, saindo da cidade de Ipaçu, no idos de 1910, impelido pelo espírito de pioneirismo, que aliás sempre caracterizou a família Teodoro, vislumbrou no Centro Oeste do Paraná em lugar promissor e seguro para ser o lar da prole numerosa que viria do seu consórcio com a valerosa senhora e companheira Isabel Custódio de Oliveira.

Em ali chegando, tratou logo de procurar através do trabalho e da honradez assegurar o futuro para si e para seus filhos, mas como homem de alto espírito social, não ficou no ostracismo e nem procurou ser egoísta, ficando só para si, com seus dotes de homem trabalhador, bom pai, excelente amigo e hábil político.

Já em 1938 foi o primeiro Inspetor Policial da região, promovendo a paz e distribuindo a justiça.

Com uma liderança sempre crescente ingressou na política, em 1946 foi um dos fundadores do extinto PSD.

Em 1947, foi eleito vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal, da qual foi seu primeiro Presidente, sendo que logo em seguida assumiu o cargo de Presidente em exercício de Campo Mourão.

Além de hábil político, possuía uma alta visão social o que fez com que ele procurasse transmitir a todos os seus vizinhos o valor da comunhão de pensamentos, razão pela qual foi fundador e primeiro Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão.

Ao partir hoje para a outra morada, deixa, além da viúva, doze filhos, todas pessoas honradas e participantes ativos da vida sócio-política-econômica de Campo Mourão.

Joaquim Teodoro de Oliveira, cuja vida a parca impiedosa extinguiu hoje, não parte para o esquecimento, porque o seu trabalho em prol da comunidade Mourãoense, a sua amizade irradiada a todos os que o procuravam, e a longa convivência com o rico e com o pobre, com o forte e com o fraco, com o mandante e com o mandado, com o adulto e com a criança, com o intelectual e com o não letrado, marcará indelevelmente a sua passagem pela vida terrena, pois para nós ele será sempre o amigo presente.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora FRANCISCA

ANIBELLI, ocorrido em São Paulo, Capital, na sexta-feira próxima passada, ou seja dia 27 de novembro.

A extinta era genitora do ex-Deputado Antonio Anibelli, ex-Presidente desta Casa e ex-Governador e avô do Deputado Federal Antônio Martins Anibelli. Muito querida entre os familiares e amigos, deixou uma grande saudade.

REQUER-SE, outrossim, que se dê ciência do presente requerimento à família enlutada na pessoa do Deputado Federal Antônio Martins Anibelli e do Advogado Waldemar Anibelli, residentes nesta Capital.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos de um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Joaquim Teodoro de Oliveira, ocorrido em Campo Mourão nesta data.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Justiça, solicitando as seguintes informações:

- Se o Sr. Antônio Euthímio Casaroto é funcionário dessa Secretaria;
- Em caso positivo, qual o regime de sua contratação e respectivos vencimentos;
- qual o horário de seu expediente e a que órgão presta seus serviços;
- Se o mesmo tem veículo à sua disposição.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Neves Guimarães, DD. Secretário das Finanças do Paraná, solicitando a alteração da Instrução CEFI 678 de 23/10/80, na parte referente ao RECOLHIMENTO ANTECIPADO DO ICM para o arroz, no sentido de que o recolhimento dos impostos devidos sobre a comercialização efetuada dentro de um determinado mês, se enquadre aos mesmos moldes das do grupo III.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

## JUSTIFICATIVA:

Através de requerimento enviado ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, a Associação das Indústrias Beneficiadoras de Arroz do Estado do Paraná ASSIBAPAR - solicitou a dilação de prazo para o pagamento do ICM, pelas indústrias que são filiadas à referida associação.

O reconhecimento antecipado do ICM para o arroz tem causado sérios transtornos que impedem a rapidez das transações comerciais, acarretando despesas desnecessárias, perda de tempo, desperdício de combustível e o que é pior, estimula a sonegação pelo próprio método de recolhimento.

A instrução CEFI n.º 678/80 de 23/10/80, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1981, se trouxe benefícios imediatos, trouxe também alguns inconvenientes para as indústrias e comércio de arroz.

O acúmulo de serviço nas agências de rendas, aliado à burocracia natural, acabam estimulando a sonegação, e muitas vezes o negócio acaba sendo desfeito em virtude da demora.

Tudo isso poderia ser evitado com o recolhimento do débito do ICM em conta gráfica.

O Estado e as indústrias aumentariam em muito as suas receitas.

Sabemos que o arroz é alimento básico da alimentação do brasileiro e o Governo não deve permitir que seu preço fique inacessível ao consumidor.

O preço do arroz está em liberdade vigiada e o seu achatamento está inviabilizando sua comercialização, desestimulando a iniciativa privada.

Com o ICM do arroz recolhido antecipadamente quando vendido no próprio Estado, muitas indústrias estão fechando suas portas por não terem condições de "bancar" a venda do produto.

A capacidade beneficiadora de arroz do Estado é em torno de um milhão e quinhentos mil toneladas, porém industrializa apenas 38 por cento.

É preciso, portanto, dinamizar o setor através do atendimento de suas necessidades.

A ASSIBAPAR considera injusto o atual sistema de recolhimento antecipado do ICM para o arroz, pois existe tratamento diferenciado em relação às demais indústrias de outros produtos em nosso Estado; indústrias essas que gozam de grande dilação de prazo para o recolhimento deste tributo.

A reivindicação é das mais justas pois outros setores industriais possuem dilação de prazo para o recolhimento do imposto tais como: grupo I, cujo ICM é recolhido apenas 120 dias após encerramento do mês; grupo II, 71 dias e grupo III, 46 dias.

A solicitação da Associação das Indústrias Beneficiadoras de Arroz do Estado do Paraná é justa, pois todas as filiadas à Associação são firmas comprovadamente idôneas e merecedoras da atenção do Governo do Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Jucundino Furtado, DD. Presidente do Banestado, solicitando informações sobre desfalque ocorrido no referido estabelecimento do Município de Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, se especia, em nome do Poder Legislativo do Paraná, ao Ministro da Indústria e Comércio, Excelentíssimo Sr. Camilo Pena, ofício em que

se solicita a formação de uma Comissão de Sindicância daquela pasta para averiguar a situação e o funcionamento das agências daquela pasta para averiguar a situação e o funcionamento das agências do Instituto Brasileiro do Café em Curitiba e Londrina.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

#### JUSTIFICATIVA:

De há muito vem aparecendo denúncias na imprensa sobre a situação de abandono e desorganização das agências do Instituto Brasileiro do Café em Curitiba e Londrina.

Às quais, ultimamente, se vinculam outras denúncias sobre favorecimento de alguns funcionários em detrimento da imensa maioria dos pequenos servidores da autarquia cafeeira: funcionamento em dispensa de ponto, em permitir trabalho em empresas no mesmo horário de funcionamento dos serviços do IBC. E até de aproveitamento de modestos servidores à preparação de festas e mordomias entre empresários ligados ao comércio do café e funcionários graduados das agências.

É contristador saber que nas atuais condições de misabilidade do povo brasileiro, neste período de grave crise e de necessidade de contenção de despesas, organismos como o IBC ainda sejam palco de desmandos e favoritismos, enxovilhando servidores e afrontando a opinião pública.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 158/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade de nossa Capital, dentro dos ditames estabelecidos nos Estatutos Sociais, onde congrega os moradores da favela do bairro Capanema.

O Estatuto anexo, demonstra claramente que a entidade em questão, reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para reconhecimento de utilidade pública.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para transcrever nos Anais desta Casa, uma matéria estampada no jornal "Indústria e Comércio", no dia de hoje, uma análise do balanço político e que diz o seguinte: (Lê):

"SIMULACRO DE LEI,  
NA FÚRIA DA MAIORIA

Outro dia os jornais com aquele ar superior, próprio dos metropolitanos, tiraram o maior sarro do equívoco de uma Câmara Municipal de São Paulo que aprovou a pena de morte no Brasil. Trata-se, sem dúvida, de uma contribuição de sociologia política ao pacote de novembro que afinal redescobriu na municipalização do voto, através da vinculação, uma eleição em bateria, aparâmetro correto para a democracia brasileira.

Em seguida tivemos aquela de Ourizona onde os vereadores zelosos da moral queriam proibir as mulheres de andarem nas ruas depois das 10 horas, uma espécie de toque de recolher do Chile de Pinochet.

Como tivemos outras tantas, até mesmo aqui de Curitiba, como a daquele prestimoso legislador que ao ouvir um discurso de um liberal de que o que determinava a estrutura dos preços era a lei da oferta e da procura, imediatamente encontrou a solução, sugerindo que fosse revogada. Como poderia em defesa dos operários que caem dos andaimes pleitear também a revogação da lei da gravidade.

Mas não é preciso ir na câmara municipal para abastecer o filão que fazia a alegria do Stanislaw Ponte Preta. Querem uma prova disso e muito simples? Vão ao Legislativo estadual.

Quem lá esteve ontem descobriu que pior do que o astral baixo do legislativo municipal é uma Casa, através de sua maioria (e com o seu presidente dando uma de recorrer ao plenário de uma decisão sua que decidiu não receber matéria anti-regimental), derubou, de uma só cajadada, o Regimento Interno e a Constituição.

Como? Sócrates não foi o personagem das abluções manuais e sim o Pôncio Pilatos? Negativo: Sócrates também lavava as mãos e só não o fez depois de tomar cicuta porque aí já era.

Manobra de surrupiar de jogar com dado viciado, botar o dedo na roleta, usar carta marcada - isso fica bem em parque decadente, desses simulacros de cassino onde malandro é aquele que usa Gumex no cabelo e calça com boca de sino.

No Legislativo - não é coisa de hoje - há uma velha praxe anti-regimental, imotal, ilegal, que consiste em emendar um projeto com matéria estranha, isso é embutí-lo de um recheio que não dá liga e que num ambiente de respeito abortaria como o enxerto ou o implante rejeitado. Isso está expressamente previsto no regimento. E quando se trata de matéria que aumenta despesa, o que não é da competência dos parlamentares como todos estão cansados de saber, ela é manifestamente inconstitucional. O presidente da Casa, pressionado pela maioria, patrocina a aprovação. Formou o princípio de que a Mesa não receberia o projeto com a emenda que o adulterava,

mas em compensação admitiu o recurso ao plenário. Então a maioria do PDS votou contra a posição da mesa e pela tramitação normal. A tirania da maioria contra qualquer resquício de escrúpulo e respeito às normas jurídicas.

Tudo para facilitar arranjos orçamentários com aumentos de despesas. Os tempos pragmáticos de hoje tudo favorecem.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através de seu Presidente, Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, está encaminhando a esta Assembléia Legislativa, projeto de lei que já aprovado em sessão do Tribunal Pleno, propõe o aumento de números de varas e elevação à entrância final das Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

A elevação à categoria de entrância final das Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, é uma velha reivindicação dos magistrados do Estado do Paraná, e especificamente dos magistrados dessas comarcas.

Entendem tanto Promotores como Juízes, que a permanência por longos anos, em cidades do porte de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, traz para a Magistratura e para a Promotoria Pública, dificuldades muito grandes, quando, ao radicar-se aí com suas famílias, eles têm, naturalmente, que adquirir casas, fazer investimentos e, depois, para alcançar a sua mais alta posição, em suas carreiras, têm que ser transferidos para a Capital do Estado.

Esta é uma medida que vem, realmente, trazer para os Magistrados e os Promotores uma alegria muito grande.

No entanto, neste mesmo projeto, encontramos algumas dificuldades em entender o porquê de Londrina receber, por exemplo, o aumento de 6 varas, entre cíveis e criminais, enquanto a cidade de Maringá, que tem um movimento forense praticamente igual ao de Londrina, não tem o aumento de nenhuma Vara. Ela, apenas, receberá o desmembramento da Vara de Família, Menores, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, que será apenas desmembrado, não contando, por isso, com o aumento efetivo de nenhuma das Varas.

É claro que este projeto de lei, encaminhado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça virá para esta Casa, e teremos, então, oportunidade de analisá-lo mais tranquilamente, mas não podemos, de imediato, concordar com esta posição, mesmo porque nós sabemos das dificuldades e da morosidade da Justiça nas cidades de grande porte, como é Maringá.

Ponta Grossa também está na mesma situação: não recebe nenhum aumento de varas, nem Cíveis e nem Criminais, e nem, tampouco, de acidentes do Trabalho.

Isto fará com que a nossa Justiça não receba neste projeto a mesma agilização que receberá a justiça em Londrina.

Para nós, esta atitude constitui-se em dois pesos e duas medidas, e não podemos, como representantes de Maringá, ficar calados com uma atitude como está.

A alegria que traz a elevação de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, à categoria de entrância final, quase que é abafada em Maringá, por esta situação em que vamos ficar, de inferioridade a Londrina, no que se refere à reforma do Judi-

ciário no Estado do Paraná.

Esperamos que ao chegar esta Mensagem à Assembléia ela já chegue com a alteração que estamos propondo, com um estudo mais profundo, como diz a própria Mensagem, que a Assembléia poderá fazer.

O que nós não sabemos é se nós poderemos, aqui, nesta Assembléia fazer as modificações que são necessárias para a adequação ao bom funcionamento da justiça.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não gostaríamos de voltar a um assunto que consideramos matéria vencida. Vencida pelo posicionamento da maioria desta Casa.

O que é que constitui a maioria num Parlamento? É exatamente a vontade soberana do povo que esse Parlamento representa.

No caso da Assembléia Legislativa do Paraná, 32 Deputados compõem a bancada do Partido Democrático Social. Partido que dá sustentação à obra administrativa do Governador Ney Braga.

Por que o PDS tem 32 Deputados? Porque, seu programa é o melhor.

Porque o povo confia mais nos representantes do PDS do que dos demais partidos.

É evidente, é uma questão de matemática, é uma questão de lógica.

É um dado irrefutável.

Por que a Oposição é minoria? Não é porque é oposição, mas porque seu programa partidário não convenceu o povo do Paraná.

Então, não podemos aceitar que um Deputado, representante da Oposição, venha, com palavras de baixo calão, como as que presenciamos, tentar comparar a figura digna do Presidente de um Poder, que, além de ser Presidente de um Poder, tem um passado exemplar na vida pública paranaense, Prefeito que foi, Deputado, Vereador, Governador, em substituição, Presidente deste Poder tantas vezes, cujo Poder engrandeceu com sua honestidade pessoal, com a justeza de suas atitudes, com seu espírito afável, com seu espírito aberto, inclusive, às reivindicações pessoais de membros da Oposição.

Não é possível que esse homem, porque entendeu o desejo da maioria de um Parlamento, seja comparado a um malandro de cassino.

Malandro de cassino é quem falou. É quem nasceu no meio da malandragem.

É uma pessoa que, evidentemente, não está preparada para representar o povo ativo, nobre, trabalhador, do Paraná. Porque, um representante do povo tem que medir suas palavras.

Não pode investir contra uma autoridade, a não ser em termos cortezes, em termos regimentais, como manda a boa ética parlamentar.

Não queremos voltar à matéria vencida da emenda de ontem.

Mas, o Governo deseja a suplementação orçamentária e nós o fizemos através de emenda, porque não há tempo útil para a apreciação de uma mensagem. Não é para levar o dinheiro para casa. O Sr. Ney Braga não vai levar o dinheiro para casa. É dinheiro que será empregado, inclusive, para

atender reivindicações da Oposição que, muitas vezes clamou, neste Plenário, por melhores salários ao funcionalismo, para o atendimento às reivindicações do magistério. A Oposição não encampou corpo e alma, alma e corpo, a greve dos professores?

A solução parcial daquela greve implicou em despesas para o erário.

Afirmar-se que a lei já autoriza o Governo a suplementar o Orçamento em 30 por cento, já o foi. O Tribunal de Contas apreciará o emprego desse dinheiro. Esta Casa apreciará. Para aqui virão os documentos comprobatórios de despesas, mas acontece que, nova suplementação se faz necessária, porque houve antecipação na melhoria dos vencimentos dos três Poderes, dos funcionários dos três Poderes, não só dos funcionários, como dos membros dos três Poderes inclusive desta Casa. Há poucos dias ainda, a Comissão Executiva desta Casa proporcionou aos funcionários desta Casa...

(A Mesa interrompe o orador dado o esgotamento do horário).

Eu prosseguirei, Sr. Presidente, no horário reservado à Liderança. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento, encarecendo a necessidade de se formar uma Comissão de Sindicância do IBC, para averiguar a situação e o funcionamento das agências do Instituto Brasileiro do Café, em Curitiba e Londrina.

De há muito vem aparecendo denúncias na imprensa, sobre a situação de abandono e desorganização das agências do Instituto Brasileiro do Café, em Curitiba e Londrina, às quais, ultimamente, vinculam-se também outras denúncias sobre o favorecimento de alguns funcionários, em detrimento da imensa maioria dos pequenos servidores daquela autarquia cafeeira - favorecimento em dispensa de Ponto, em permitir trabalho em empresas no mesmo horário de funcionamento de serviço do IBC, e, até do aproveitamento de modestos servidores, para a preparação de festas e mordomias entre empresários ligados ao comércio do café e funcionários graduados das agências.

É nesse sentido que estamos enviando requerimento ao Ministro da Indústria e Comércio, Sr. Camillo Pena, e, temos em mãos, um ofício que recebemos de funcionários da agência do IBC de Curitiba, que, em função do tempo não poderemos apresentá-lo na íntegra, mas sim, alguns tópicos. Por exemplo:

“Em virtude da referida agência ser comandada pelo Sr. Nilson Santos o qual se fecha em seu gabinete para “curtir” frequentes bebedeiras, isso quando não sai pelos corredores bradando palavrões, deixando o escritório em mãos de mafiosos como Manoel Rogério Borba Rolin que se apraz acuando torrefadoras porque controla as quotas de café que lhe são destinadas, e, o Sr. João Maria Martins de Brito, Chefe de Apoio Administrativo, que, pela sua total ignorância e falta de ética profissional açoita pequenos funcionários”.

Um outro tópico: inclusive os funcionários citam que, o encarregado do IBC — Cajuru, está usando viatura oficial em dias não trabalhados, local onde o café deveria ser incinerado e não é feito.

“Em contrapartida, (outro tópico) paga funcionários apadrinhados que, passa ano, vem ano, e até às vezes nem sabem se o IBC está funcionando; um deles faz expediente nos Móveis Pinheiro e aparece na agência, duas vezes por semana; o segundo,

assina ponto em casa ou talvez nem assine, pois, faz expediente numa das Secretarias de Estado e um Procurador que, há anos, goza dos mesmos privilégios, unicamente por ser filho de um ex-Deputado e Diretor do IBC, já falecido. Tudo isto não se trata de segredo; todos sabem disto”.

Trechos de um ofício que recebemos de funcionários do IBC da Agência de Curitiba e é nesse sentido que estamos encaminhando esse requerimento ao Sr. Camilo Pena, em que solicitamos a formação de uma Comissão de Sindicância daquela Pasta, para averiguar a situação e o funcionamento das agências, principalmente aqui de Curitiba.

Um outro requerimento, que reputamos de muita importância, porque também recebemos um ofício da Associação das Indústrias Beneficiadoras de Arroz do Estado do Paraná, estamos encaminhando requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças do Paraná, solicitando alteração da Instrução 7678, na parte referente ao recolhimento antecipado do ICM para o arroz, no sentido de que o recolhimento dos impostos devidos sobre a comercialização efetuada dentro de um determinado mês, se enquadre aos mesmos moldes do Grupo 3; o recolhimento antecipado do ICM para o arroz, tem causado sérios transtornos que impedem a rapidez das transações comerciais, acarretando despesas desnecessárias, perda de tempo, desperdício de combustível e estimula inclusive a própria sonegação.

A reivindicação é das mais justas, pois outros setores industriais possuem dilação de prazo para o recolhimento do imposto, tais como: Grupo 1, cujo ICM é recolhido apenas 120 dias após o encerramento do mês; Grupo 2, 71 dias — Grupo 3, 46 dias.

A solicitação da Associação das Indústrias Beneficiadoras de Arroz do Estado do Paraná é justa, pois todas as filiadas à Associação são firmas comprovadamente idôneas e merecedoras da atenção do Governo do Paraná.

É nesse sentido que estamos encaminhando este requerimento ao Sr. Secretário das Finanças, Dr. Edson Neves Guimarães.

E um outro requerimento em que pedimos informações sobre o funcionário Antônio Tímeo Cazaroto, da Secretaria de Estado da Justiça — gostaríamos de saber qual o regime de sua contratação, qual o horário de expediente, quais os respectivos vencimentos, qual o órgão a que presta serviços e, se o mesmo tem veículo à disposição.

Era isto, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nos aproximando rapidamente dos festejos de fim de ano, e como acontece em todas essas épocas, o comércio de Curitiba tem seu expediente prolongado até as 22 horas.

No comércio da Capital, exercem atividades profissionais muitas pessoas residentes na chamada região metropolitana de Curitiba, moradores de Piraquara, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Colombo, São José dos Pinhais e outras cidades circunvizinhas à Capital.

E, diante do novo horário do comércio, estas pessoas estão enfrentando uma série muito grande de problemas no que concerne ao sistema de transporte coletivo para estas localidades, porque as últimas viagens partem da Rodoviária velha aqui de Curitiba, às 22 horas.

Então, este pessoal está trazendo uma situação difícil aos

seus superiores, nos estabelecimentos comerciais, face ao problema de horário de ônibus, face a esta situação.

Então, quando hoje fomos procurados por alguns comerciantes, dissemos que iríamos através da tribuna da Assembléia Legislativa, fazer um apelo ao Departamento de Estradas de Rodagem e ao sistema de transportes, ao Sindicato dos Transportes, para que analisassem a situação e determinassem um novo esquema de horário, agora para este mês de dezembro, e a sugestão que estamos oferecendo e solicitando ao DER que, juntamente com o Sindicato, venha a acatar, é de que o último ônibus parta para as diferentes localidades próximas à Capital, no horário de 23 horas, o que virá, evidentemente, trazer benefícios a todos e resolver esta situação de momento. Depois de passado este período, os ônibus poderão voltar a circular no seu horário normal, ou seja, no horário de 22 horas. Este, um dos apelos.

Outro apelo que queremos apresentar nesta tarde é à Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, que mais uma vez hoje teve os seus méritos reconhecidos, recebendo pela manhã, em solenidade das mais concorridas, o título de Benemérito da Associação dos Municípios.

O apelo que fazemos a este Governador, é no sentido de que solicite ao Secretário dos Recursos Humanos que conclua o quanto antes, o trabalho relacionado à contagem recíproca para que esta mensagem seja enviada à Assembléia Legislativa do Estado, para apreciação dos Srs. Deputados.

Já inúmeros colegas desta Casa, apelaram a respeito da contagem recíproca, já que é norma em vários Estados brasileiros, seguindo as determinações do Governo Federal, e o Paraná, um Estado progressista e desenvolvido, não pode ficar atrás dos outros.

Por isto, apelamos que o Sr. Governador envie o quanto antes a mensagem de contagem recíproca.

Por outro lado, queremos informar que recebemos notícias, há poucos momentos, da Liderança do nosso Partido, nesta Casa, que manteve contatos com o Sr. Governador, em atendimento à solicitação deste Deputado, para que, durante o período extraordinário, que possivelmente será solicitado aos Srs. Deputados, seja incluída a matéria relacionada ao Estatuto da Polícia Civil. E o Deputado Erondy Silvério nos informava que o Governador Ney Braga concordou e que deverá fazer parte do período extraordinário, o Estatuto da Polícia Civil.

E, quando se aproxima o momento da votação do Estatuto, queremos apelar aos Srs. Deputados que participem conosco, a fim de que esta velha reivindicação da classe venha a ser atendida. E mais uma vez, queremos dizer que estaremos sempre com a emenda do cargo de diretor para o delegado de carreira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para registrar aqui o que já fizemos através de requerimento apresentado para apreciação deste Plenário, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de um dos mais ilustres cidadãos mourãoenses.

A minha cidade, Campo Mourão, está hoje de luto, porque perdeu um dos seus mais ilustres cidadãos, um dos poucos pioneiros daquela terra, que, acreditando na fertilidade das terras de Campo Mourão, acreditando no progresso daquela



região, nos idos de 1900 a 1910, chegou com a primeira família, a Família Teodoro. De onde a pessoa que me refiro ocupou a condição de prefeito, tendo mais um irmão seu eleito prefeito, e um outro irmão prefeito por duas vezes no município vizinho.

Esta Família Teodoro, homens trabalhadores, sem grande instrução, mas dotados ao trabalho com muita dignidade, com muito esforço, ali se radicaram, e foram o marco de progresso de Campo Mourão.

Por isto, nesta tarde, ocupamos esta tribuna para prestar, quem sabe, a última homenagem àquele ilustre cidadão, que tendo aproximadamente 70 anos de idade, veio a falecer, deixando uma lacuna, mas ao mesmo tempo, um exemplo para todos nós que moramos naquela região.

Joaquim Teodoro, chegando em Campo Mourão, tratou de procurar, através do trabalho e da honradez, assegurar o futuro para si e seus filhos. Mas, como homem de alto espírito social, não ficou no ostracismo e nem procurou ser egoísta, ficando só para si, com seus dotes de homem trabalhador, bom pai, excelente amigo e hábil político. Já em 1938, foi o primeiro inspetor policial do bairro de Campo Mourão, promovendo a paz e distribuindo a justiça.

Com uma liderança sempre crescente, ingressou na política, e em 1946, quando foi fundado o município, foi um dos fundadores também de um partido político, do extinto PSD.

Em 1947, foi eleito Vereador na Primeira Legislatura da Câmara Municipal, da qual foi seu Presidente, sendo que, logo em seguida, assumiu o cargo de Prefeito em exercício de Campo Mourão.

Além de hábil político, possuía uma alta visão social, o que fez com que procurasse transmitir a todos os seus vizinhos, o valor da comunhão de pensamentos, razão pela qual foi fundador e primeiro Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão, também pioneira neste Estado.

E, por todos esses feitos, e por tudo o que Joaquim Teodoro fez por Campo Mourão, é que nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos com pesar, este passamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE— (João Mansur) Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi noticiado a pretensão do Governo, para importação do milho americano, com a alegação de que este milho chegaria ao Nordeste a preço mais acessível que o nosso milho.

Não poderíamos ficar calados, quando verificamos a grande preocupação na fixação do homem no campo, principalmente na região agrícola, na região do Norte do Paraná, o Vale do Ivaí, o grande produtor de milho, onde nós estamos vendo uma campanha para aumentar a nossa produção, os anúncios de que precisa ser prestigiada a agricultura.

Não poderemos concordar com esta pretensão de se importar o milho americano porque ele chega mais barato ao Nordeste. Inicialmente, se dizia da necessidade da mecanização, da produção em grande escala, dos grandes produtores, dos médios produtores e agora esta pretensão.

Nós estamos vendo o que está acontecendo, o êxodo rural, grande massa vinda para os grandes centros e deixando o interior. Alguma coisa está errada, e cabe ao Governo Federal procurar corrigir este erro. Se o milho que é plantado, produzido e colhido numa nova técnica, das mais avançadas, que tem um preço condizente aqui no Norte do Paraná, e que chega ao Nordeste a preço vultoso, deve estar no transporte, deve estar

em outras despesas que vem acarretar a nossa produção.

Cabe, isto sim, o Governo subsidiar este transporte, facilitando e fazendo com que a nossa produção chegue ao Nordeste num preço igual ao americano, que se propõe importar e entregar no nosso Nordeste.

Creio que esta é a maneira de controlar. Nós estivemos vendo há poucos dias, um pronunciamento do nosso Secretário da Agricultura, dizendo que a maneira de sustentar a nossa agricultura é o controle de estoques. E como se pretende fazer o controle dos estoques, quando numa simples diferença de preço, lança mão de um meio de importação, quando se fala que é preciso controlar e equilibrar a nossa balança de pagamentos; evitar as importações, onerando a nossa população com as altas taxas do petróleo para diminuir a importação.

E agora, se fala em importar aquele produto que temos aqui no Paraná sobrando, no nosso consumo interno, e é preciso que o Governo do Paraná, que não encontrou outra saída senão de abrir mão do ICM para que ele chegasse ao Nordeste ao mesmo preço, mas não caberia ao Governo do Estado arcar com esta despesa e sim o Governo Federal, para onde está sendo carregado os grandes recursos.

Quando os municípios estão cada vez em maiores dificuldades, e se estes estão em dificuldades, está também o nosso Estado, porque é proporcional à concentração de recursos.

Hoje tivemos oportunidade de verificar o pronunciamento da Associação dos Municípios do Paraná, quando os Prefeitos falam na reforma tributária, visando carrear mais recursos aos municípios, às comunidades, onde é preciso manter a nossa população. Vemos isto com preocupação.

Tenho aqui um levantamento dos municípios do Vale do Ivaí.

Apucarana, que tinha 125 mil habitantes, caiu para 80.124. Barbosa Ferraz, perto de 70 mil habitantes, vem agora para 48 mil. Bonsucesso, com 23 mil habitantes, cai agora para 9.387. Borrazópolis, com 22 mil, com 15.475 habitantes. Cambira, com 20 mil habitantes, hoje com 12 mil habitantes. E assim por diante, verificamos que caiu a nossa população em quase 50 por cento.

Isto se deve à erradicação dos cafezais que ofereciam o grande mercado de trabalho. Com a erradicação e a entrada da soja, fez com que a máquina substituisse o homem, diminuindo em muito a nossa população, mas com uma argumentação, que a produção seria mais abundante e num preço mais acessível.

Estamos vendo que este sacrifício do trabalhador, daqueles que lutam no interior, do trabalhador rural, não está tendo a compensação, porque na hora do transporte é onerado pelos intermediários, pelo transporte, dificultando o preço e onerando mais o nosso consumidor.

Quando vemos a preocupação no estímulo da nossa produção, é preciso que se encontre uma saída, não só para o milho. Vimos agora, há poucos dias, a caída do preço do feijão que está preocupando a todos os agricultores, de seis mil cruzeiros caindo para dois mil e oitocentos, dois mil e novecentos cruzeiros.

Não preocupa os agricultores, se tivermos a certeza de que o Governo adquirirá este produto, colocando nos armazéns e garantindo o nosso estoque, para que não haja falta. E a preocupação de prever agora o produto e, dentro de pouco tempo, ver a necessidade da importação do feijão - como se fala na importação do milho para atender o Nordeste.

O Sr. Antônio Facci — Permite-me um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, a preocupação de Vossa Excelência com referência à anunciada importação de milho, tem plena razão de ser. Mesmo porque, conforme foi colocado em seu pronunciamento, teve o Estado do Paraná de abrir mão do ICM para que conseguíssemos colocar, no Nordeste, milho ao preço que chega naquela região o importado.

Perde o Paraná, com isto, mais um pouco dos seus recursos. Perde o Paraná, com isto, as condições de ter o seu orçamento plenamente realizado. Perde com isto, o nosso Estado, porque os nossos consumidores pagam ICM e somos obrigados, para conseguir que nossos agricultores não tenham prejuízos maiores, sacrificar uma população inteira.

Está na hora, efetivamente, que o Governo Federal olhe esta situação e consiga dar ao Estado do Paraná, compensações ao invés de apenas daqui retirar.

Vossa Excelência, que representa uma região maior produtora de milho deste Estado, tem conhecimento da matéria, tem a preocupação que têm todos os seus eleitores e todo o povo que Vossa Excelência representa por três vezes nesta Casa, e uma vez como Prefeito em sua cidade, e como serventário e vereador naquela cidade de Marumbi.

Portanto, estamos de pleno acordo com o seu pronunciamento, e vemos a preocupação dos homens que vão buscar o voto no interior, mas que vêm para esta Casa preocupados com a situação do povo que representam.

Este alerta que Vossa Excelência faz nesta oportunidade, de fato, faz com que todos nós nos conscientizemos da necessidade da luta que o Estado do Paraná terá que empreender e forçar o Governo Federal a trazer para este Estado um pouco de recompensa pelo muito que temos dado ao Brasil.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Facci, que também representa uma região agrícola de Maringá, e que conhece profundamente as dificuldades por que passa o nosso agricultor.

Muitas vezes, nós aplaudimos medidas de desenvolvimento de nosso País, mas não podemos concordar quando vemos a grande preocupação na exportação, em exportar cada vez mais. É necessário que se exporte, para que melhorem as nossas divisas. Mas não podemos pensar em abandonar o nosso consumo interno, e esta tem que ser a maior preocupação. A preocupação de que o brasileiro tenha a sua panela cheia, como anunciou o nosso Ministro do Planejamento.

A preocupação de manter um equilíbrio na nossa produção e de nosso consumo, Sem haver o desestímulo, como a gente está vendo, medidas como esta que trazem preocupação a todos nós.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem fiquei a meditar por algum tempo, quando votávamos o projeto de lei em que trazia uma emenda que possibilitava ou autorizava um crédito suplementar até o limite de 30 por cento.

De início, antes de estudar a matéria, verificava o porquê da emenda, duma lei que nada dizia com referência a esse assunto. Mas depois, analisando a preocupação do funcionário público, que vem pedindo melhores níveis de salários; o professor que há poucos dias esteve em greve, pedindo melhores níveis, equiparação e valorização da classe, é o Poder Judiciário, é o Poder Legislativo se preocupando, é preciso também que se preocupe com a receita; de onde o Governo poderá conseguir recursos para atender todas essas necessidades.

E fomos ver esta emenda apresentada pelo eminente Deputado Erondy Silvério, que na sua justificativa bem demonstra a preocupação do Governo não só em prometer, em aprovar os recursos, mas de dar meios para que cumpra no prazo certo e na data do vencimento, a folha de pagamento do seu funcionalismo.

E, na sua justificativa, diz:

“O artigo 7º da Lei 7397, de 24/11/80 (Lei do Orçamento de 1981), fixa em 30 por cento do total orçado para a despesa do exercício de 1981, o limite de autorização para o Poder Executivo abrir créditos suplementares.

A elaboração da proposta orçamentária para o atual exercício, realizada em julho/agosto de 1980, considerou a possibilidade de ocorrência de uma inflação monetária da ordem de

65 por cento em 1981, relativamente a 1980. A taxa inflacionária, contudo, ascendeu a 110,5 por cento no período julho/80 a julho/81. Este fato, por si mesmo, resultou em excepcionais variações em todos os itens da despesa governamental, sobretudo nas despesas correntes.

Além dos aumentos provocados pela elevação generalizada dos preços, a despesa pública foi substancialmente afetada pelos ajustes e benefícios concedidos ao funcionalismo estadual, também pressionado em seus respectivos orçamentos domésticos, pela elevação dos níveis de inflação”.

Esta nossa preocupação e com a proximidade de nosso recesso parlamentar, houve por bem o nosso Líder apresentar esta emenda, e que a Mesa inicialmente recusou o seu recebimento, amparada no nosso Regimento.

E, também, dentro do mesmo Regimento, recorrendo ao Plenário supremo para esta decisão, teve a sua aprovação. E houve por bem a Mesa acatar a decisão do Plenário.

Foi agredido o nosso Presidente, e quero, neste momento, congratular-me com a maneira com que agiu a Presidência dos trabalhos, preocupado, acima de tudo, com os meios para atender a esses que reclamavam por melhor atendimento, preocupando com o andamento dos trabalhos da Casa, preocupando com o bom andamento daquela sessão que ontem se realizava. Conduziu tão bem os trabalhos.

Talvez com muita dificuldade, pelos ataques que recebia, mas levando acima de tudo, os interesses do povo paranaense. Merece, Sr. Presidente, a Mesa, os nossos respeitos, as nossas considerações, pela maneira cordial, pela lisura com que soube conduzir os trabalhos e chegando a um resultado satisfatório e dando meios para que o Governo do Estado possa cumprir aqueles compromissos assumidos de atender o nosso funcionalismo e atender aqueles que precisam de melhores condições para o trabalho e desenvolvimento em seus vários setores de nosso Estado.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, quero abordar de primeiro plano a parte inicial do seu pronunciamento, quando mostrou, desta tribuna, a preocupação com a agricultura de nosso Estado, principalmente com o milho.

Tivemos oportunidade, através de uma nota que fizemos à imprensa, criticar a autorização da importação de milho que era de pretensão do Governo Federal, levando-se em consideração que o Paraná tinha, como tem, um grande estoque de milho ainda nas cooperativas, e que esta importação, ou autorização de importação, vinha fatalmente desestimular o nosso plantio.

Sabemos que o milho é um dos produtos básicos de alimentação do nosso povo. Sabemos que o milho é uma das lavouras principais, que deve ser intercalada com qualquer outra lavoura. É uma lavoura bastante usada e adequada para as terras, principalmente as que Vossa Excelência representa, que é do Vale do Ivaí.

Daquelas terras onduladas, onde a máquina não pode trabalhar, e conseqüentemente tem que se plantar com o homem, e o milho é uma lavoura básica. É um dos produtos que tem dado sustentação e uma forte arrecadação ao nosso Estado, e por isto, merece de todos os homens que têm responsabilidade em nosso Estado, um tratamento todo especial.

As cooperativas se levantaram, os homens de sã consciência também, dos mais variados setores de atividade, defenderem a política agrícola nacional que se deve dar prioridade e valorizar o nosso produto.

Não interessa, principalmente ao Estado do Paraná, conservar preços de produtos que são básicos para o nosso progresso, como é o caso do milho, desestimulando o plantio.

Mas, felizmente, esta fase foi superada e como o nosso agricultor é homem de coragem, ele acredita no futuro de uma



Curitiba, quarta, 02/12/81.

produção cada vez maior deste cereal, e temos aí um grande plantio de milho em nossa região.

Por isso, me parabeno com Vossa Excelência, quando demonstra a preocupação em melhorar cada vez mais, incentivar cada vez mais a produção em nosso Estado, porque não é só o Paraná, com seus 28 por cento de produção de sementes, que tem sustentação na lavoura, mas também a nossa Nação, porque o produto que mais gera divisas ao Brasil, indiscutivelmente, é o produto agrícola.

Com referência ao segundo aspecto abordado por Vossa Excelência, eu queria também registrar aqui, como um membro da Executiva, embora não tenha participação ativa nas decisões da Mesa, porque me cabe apenas secretariá-la, mas no entanto, quero dar o meu testemunho de que tenho acompanhado, de perto, o trabalho de Sua Excelência o Presidente desta Casa, e a sua conduta, a sua postura, a sua colocação e ponderação têm sido sempre no sentido de preservar a ordem e a tranquilidade deste Poder; tem sido no sentido de preservar o respeito à ética e à educação, para que todos nós, embora discordando de idéias e palavras, possamos discutir, dialogar, defender, mas sempre dentro de uma ética e respeito mútuo.

E, quando nós percebemos que alguém foge a esta doutrina, a este princípio, somos obrigados a levantar a nossa palavra, pedindo àqueles que, às vezes, num desespero e numa situação apaixonada, fogem à ética e aos bons princípios, que repensem e que possam retornar ao caminho que um Parlamentar tem que trilhar, com responsabilidade sempre, com educação sempre, buscando e transmitindo as suas idéias, mas respeitando também as idéias de seu semelhante Parlamentar.

Quando soltei para a imprensa uma nota que foi divulgada hoje, em que eu dizia que estava na hora de temermos mais ser Maioria, e de que a Maioria tinha que se impor diante da Minoria, eu quis dizer porque tenho sentido, nesta Casa, prezado Deputado, que muitas vezes a Minoria pressiona de forma tal, a Maioria, querendo incutir nela os seus princípios, as suas idéias e a sua vontade.

No entanto, em todos os Paramentos do mundo, tem prevalecido e deve prevalecer sempre a vontade da Maioria. E se a Maioria aqui está é porque representa também a maioria da vontade do povo. Aqui é uma Casa do Povo, onde todos nós que aqui estamos representamos parcela do povo, e se a maior parcela do povo está representada por determinada bancada, é preciso que seja respeitada esta Maioria. Isto faz parte da ética e do bom princípio parlamentar.

Eu já me alongo no aparte, e peço desculpas a Vossa Excelência, porque os apartes têm que ser rápidos e curtos, e no entanto me alonguei.

Muito obrigado pela concessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado Augusto Carneiro.

Mas, a posição de nosso Presidente, merece a nossa solidariedade, o nosso apreço e o nosso respeito. Vossa Excelência disse bem, aqui cada um representa uma parcela do povo. E a soma de cada bancada fala pelo povo que representa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos à agricultura, lembro-me de uma frase do saudoso Governador Parigot de Souza, já nos seus últimos dias de vida. Dizia ele que: "Cabe aos políticos programar e aos técnicos executar".

E, a hora que a área federal assim entender, tudo isso haverá de mudar. Porque, quando se preocupam em dar recursos ao Nordeste, num incentivo à industrialização, esquecem da área da produção que precisa também do seu incentivo, porque é a que oferece a matéria prima, no lugar de incentivo, procuram a importação, como no caso do milho, para fazer face ao preço, como se fosse culpado o nosso produtor. E vemos que a falha está no transporte, nos meios de acesso até a localidade de consumo. Estamos vendo o sofrimento e a preo-

cupação que têm sido debatidos, nesta Casa, com referência ao café.

O café que foi o nosso grande mercado de trabalho. É preciso que haja uma campanha e uma conscientização para que haja uma mudança na extinção do IBC, que hoje já não tem mais razão de ser, para que o café seja vendido como outro produto agrícola, sem a interferência do IBC, que tem sido um ônus muito grande para a nossa cafeicultura. E tem sido até, um desestímulo à nossa produção.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Gostaria de, neste aparte, registrar que realmente o descontentamento às notícias de qualquer tipo de importação, do milho, ainda mais diante de uma super-safra deste setor que haveremos de ter neste ano, não há dúvidas que é mais um desânimo, mas é uma medida que, na verdade, não surpreende, porque vem se repetindo ao longo dos tempos.

É assim que o Governo vem agindo na sua política agrária, agrícola e econômica. E só acrescentaria que, na verdade, a agricultura é tão somente um meio, não é um fim.

Em qualquer país em que há uma política agrícola séria, a agricultura tem por objetivo um fim: alimentar o povo, fazer com que os gêneros alimentícios sejam abundantes na mesa de seus habitantes. E somente o excedente é que é vendido.

Pois bem, no Brasil, não. A agricultura é tão somente um meio, um modo de arrecadar divisas daqueles produtos estimulados para exportar. E, por outro lado, quando há outro tipo de cultura, há, na verdade, o confisco, porque se tira da agricultura para subsidiar a industrialização que é internacionalizada, que é monopolista que é de multinacionais.

Hoje a agricultura é mais um meio para vender toda a parafernália agroquímica, todos os insumos básicos que, a rigor, estão controlados pelas multinacionais que estão na agricultura antes, durante e depois da produção.

Estão antes, nos insumos básicos; durante, quando pegam o dinheiro dos subsídios que apenas passam pelos bolsos do agricultor; estão no final, quando entram na comercialização. E portanto, as regras acabam sendo de fora para dentro.

E no caso de importações, obviamente, atende aos interesses dos grandes grupos que controlam os grãos no mundo inteiro, a rigor, as multinacionais de grãos, nos Estados Unidos.

Era o que eu queria acrescentar, e o Governo é o grande culpado neste setor.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado, e espero que o Governo se conscientize que, à frente do Ministério da Agricultura, tenha alguém que, realmente, entenda os problemas da agricultura.

Porque, hoje, estamos vendo a grande preocupação que é colocar, à frente do Ministério, um comerciante que saiba vender, sem a preocupação daquilo que se faz, no nosso consumo, na nossa produção, no nosso mercado, porque o dia que tiver alguém que entenda bem da nossa agricultura, do benefício que traz com a grande produção nos pequenos municípios, e garantir o nosso controle de estoques, a situação será outra, bastante diferente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. Usará a palavra, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na sessão do dia 24/11/81, usando da palavra, o nobre Deputado Dácio Leonel disse mais ou menos o seguinte: "Na

semana passada, foram inauguradas as novas instalações do BANESTADO em Castro, localizadas num prédio construído pelo pioneirismo do Sr. Nasem Fadel.

Neste dia, até o Presidente Regional do PDS, Deputado Norton Macedo, esteve em Castro.

Foi a Castro dizer que, quando o atual Governo promete, faz, paga, enquanto outros governos fazem, às vezes anunciam mais do que fazem e deixam as obras para serem pagas pelos sucessores.

Foi dizer asneiras numa cidade que tem profunda gratidão ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, etc., etc., etc."

Bem, foi com muito desgosto que toda a nossa bancada assistiu a esse pronunciamento do Deputado Dácio Leonel, não por divergir da política do PDS, que é seu direito, mas pela vulgaridade de termos com que qualificou não o Deputado Norton Macedo, mas o Presidente Regional do meu Partido, com uma contundência tão rasteira que não sendo usual do nobre Deputado Dácio Leonel, denotou pelo menos uma ausência de lucidez.

Ora, ao que me consta, o nobre Deputado Presidente do meu Partido Norton Macedo, não se referiu especificamente ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, a quem não só Castro, mas a quem todo o Paraná reconhece, foi um dos grandes governadores que tivemos.

Naturalmente ele se referiu a dívida encontradas pelo Governador Ney Braga a serem saldadas pelo Governo do Estado. Agora, isso é normal em todas as administrações, porque só é bom Governo na minha opinião, aqueles que efetivamente fazem dívidas, porque os Governos existem exatamente para isso: para assumirem o seu cargo, que é o cargo maior de Governo de um Estado, pagar as dívidas deixadas pelos seus antecessores, contrair novas dívidas e deixá-las aos seus sucessores.

Esta é a tônica da Administração Pública, e assim tem sido deste o tempo do Império neste País.

O importante é que os Governos, ao aplicarem o dinheiro público, o façam em obras de infra-estrutura, em obras que possibilitem o crescimento, o desenvolvimento do seu Estado, porque todo o dinheiro aplicado em obras de infra-estrutura, acabam gerando recursos lá na frente, recursos esses que serão usados pelos sucessores para o pagamento dos débitos eventualmente encontrados.

Não venha amanhã, nenhum Deputado da Oposição, dizer que se um dia for Governo não agirão da mesma maneira, porque essa é a tônica das administrações públicas, e aquele administrador que não contrai dívidas, é porque não trabalha, é porque é preguiçoso ou é ladrão: leva o dinheiro para casa. Porque, se fosse apenas para receber impostos, pagar funcionalismo, comprar material de expediente, as administrações não precisavam de Governo, bastaria que se lhes nomeasse um Caixa para fazer o balanço do "deve" e "haver".

Governo é aquele que, atendendo as necessidades de uma população, procura diligenciar no sentido de que essas necessidades sejam atendidas, satisfeitas e, como às vezes a geração de impostos não permite obras de maior vulto, é através de empréstimos, é através do lançamento até de Obrigações do Tesouro Público é que os Governos podem desempenhar as suas missões.

Por isso, não acho, sinceramente, não vejo razão para que Sua Excelência o nobre Deputado Dácio Leonel, usar, com relação ao Deputado Norton Macedo, termos desagradáveis, desagradáveis até de repetir, mas que eu, como Líder da nossa bancada nesta Assembleia, devolvo ao nobre Deputado Dácio Leonel, em homenagem a esse brilhante político paranaense, que é Norton Macedo, que não tendo assento nesta Casa, está impossibilitado de revide.

Então, que guarde Sua Excelência os seus adjetivos, para usá-los em lugar mais apropriado que o Plenário desta Casa,

talvez nos desvarios de alguma madrugada.

Quero lembrar tão somente que o nobre Deputado Norton Macedo foi considerado pela imprensa que dá cobertura às atividades do Congresso Nacional, como destaque entre os Parlamentares mais eficientes e mais lúcidos do País, lembrar também que, sendo Vice-Líder da Bancada da então ARENA, no Congresso Nacional, o Deputado Norton Macedo abriu mão deste cargo, simplesmente pelo direito de divergir, como realmente divergiu de decisões então tomadas pelo Governo Federal.

Só esta faceta do seu comportamento, ainda torna mais injustas ou injustos, os qualificativos feitos a respeito do caráter do Presidente do nosso Partido, pelo nobre Deputado Dácio Leonel que, como eu já disse, Presidente do nosso Partido no Paraná, tem atuado com um comportamento impecável, tendo como meta única, a sólida estruturação dos nossos quadros partidários, tão importante nesta fase em que se tenta recompor a democracia brasileira.

Por seus méritos públicos e pessoais, este nosso companheiro, mesmo nas divergências políticas, merece o mais respeitoso tratamento, pois assim traduz-se o bom conceito e o reconhecimento de qualidades que a gente de bem, paranaense, tem tributado com justiça ao nobre Deputado Norton Macedo, que ainda hoje embarcou para o exterior, em missão do Congresso Nacional, junto à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Quer dizer, acho que o nobre Deputado Dácio Leonel não gostaria que chegássemos aqui nesta tribuna, e brindássemos o Presidente do seu Partido, que é um grande Partido, o Partido Popular, que é composto de relevantes figuras da vida pública nacional, não só aqui no Estado, como em São Paulo, Minas Gerais, e se nós olharmos a composição dos quadros partidários do PP em Minas Gerais, vamos encontrar um Tancredo Neves, uma figura extraordinária da vida pública brasileira. Vamos encontrar em São Paulo o ex-Prefeito Setúbal, Cláudio Lemos e outros grandes elementos. Aqui no Paraná, como o Líder do PP, temos essa figura extraordinária do ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Então, não gostaria o nobre Deputado Dácio Leonel, como não gostamos nós, do PDS, que chegasse alguém e dissesse que o Presidente do PP era um cafajeste.

Não votaríamos, evidentemente, nem o Deputado Dácio Leonel gostaria, e ninguém também bateria palmas para isso. Acho que deve haver respeito, acima de tudo, entre os homens que militam na política.

Porque, fazer crítica de uma administração, o direito de divergir é um direito sagrado, é como gostar de alguém. Gostar é um direito sagrado, porque ninguém pode negar a ninguém. Divergir da política, também é direito de qualquer cidadão brasileiro, principalmente aqueles que militam na vida pública. O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pela explanação que faz nesta tarde, com referência ao pronunciamento feito pelo eminente Deputado e Presidente do nosso Partido, Norton Macedo, da maneira com que está conduzindo, quando foi aqui contestado, nesta Casa.

Cumprimento Vossa Excelência, pela maneira com que está conduzindo, não só na pessoa do Deputado Norton Macedo, esse Deputado brilhante, que nos honra com a representação que tem no Congresso Nacional, e eu tenho a honra de representar alguns municípios com esse Deputado, de uma lisura, de uma cordialidade, de uma maneira correta, toda época em que pode conseguir algum recurso para atendimento aos municípios, faz, sempre em contato com um Deputado que com ele representa aquele município.

E também pela maneira com que Vossa Excelência conduz fazendo referência ao ex-Governador que não pertence hoje ao

nosso Partido, que é nosso amigo, foi uma pessoa correta, decente, fez uma boa administração e que merece o nosso respeito, como também o merece o nosso Presidente Norton Macedo, pelo trabalho, pelo grande serviço que tem prestado ao Paraná na Câmara Federal e como Presidente do Partido, e a maneira que tem conduzido, já representando o Paraná por duas vezes, na Câmara Federal.

Cumprimento Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e já nem me deteria na análise dos atendimentos de ordem doméstica, de política doméstica.

Mas, no debate dos grandes temas nacionais, como a lei que implantou o divórcio no País, foi duramente combatido por setores da sociedade brasileira e pela Igreja, mas não desagregou a família brasileira, como se anunciava, mas trouxe tranqüilidade, principalmente aos filhos dos casais desajustados, porque hoje pelo menos vislumbram uma situação jurídica de fato. Foi um tema controvertido da vida nacional.

E, quem nós encontramos na primeira fila dos homens que não atenderam as determinações do Governo e votaram com o saudoso Senador Accioly Filho, pela implantação do divórcio no País?

Exatamente o nobre Deputado Norton Macedo, que sofreu na carne durante a campanha eleitoral, uma campanha dirigida contra a sua pessoa, contra a sua candidatura, por setores mais radicais da Igreja.

Quando os municípios pleiteiam através de suas associações de classe, a reforma do Código Tributário, que é um verdadeiro alçó do municipalismo brasileiro atual. Quem nós encontramos na linha de frente dessas reivindicações?

Exatamente o Deputado Norton Macedo. Quando o Governo anunciou ao Congresso Nacional a mensagem sobre a regulamentação da permanência dos estrangeiros no País, quem divergiu da Mensagem do Governo? Quem até ofereceu um substitutivo atendendo aquilo que era de mais justo, de mais humano para a situação do estrangeiro, foi exatamente o Deputado Norton Macedo. E perderíamos aqui, e levaríamos aqui o minuto que nos resta, talvez uma hora, dizendo das grandes iniciativas desse paranaense ilustre no Congresso Nacional.

A sua inteligência, a sua cultura, a lhanza no trato com os seus semelhantes, tudo...

(esgota-se o tempo do Deputado e portanto deixa de concluir seu pensamento). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Meu caro e eminente companheiro, Líder da Bancada do PDS, Deputado Erondy Silvério. Lembro-me muito bem, que quando aqui estive, no último dia 24, usei uma expressão que quero repetir, para que nenhuma dúvida exista com referência àquilo que quis dizer a respeito do Deputado Norton Macedo.

Eu apenas disse que só de um cafajeste meu povo poderia ouvir tamanha idiotice.

E é preciso, nobre Líder, que eu recorde alguns fatos: primeiro, que na minha terra natal, onde o Sr. Norton Macedo se fez presente, ele não foi a nenhum comício político do seu Partido. Ele foi, sim, como convidado a participar da inauguração das novas instalações do BANESTADO.

Eu fiz questão de mencionar o nome do Sr. Nazem Fadel, porque se trata de um pioneiro naquele município, que fez construir em Castro o primeiro prédio, primeiro prédio de pavimentos, e que o Banco do Estado, tendo adquirido um outro imóvel, depois entendeu de adquirir do Sr. Nazem Fadel o pavi-

mento térreo, para ali instalar a agência do Banco do Estado na minha terra natal.

Vossa Excelência não conhece detalhes. Eu fui inclusive, consultado por companheiros daquele município, com referência ao ato da inauguração das instalações, porque o gerente do Banco do Estado em Castro, nada mais é do que um moço corretíssimo que tem tido uma atuação impecável à frente daquela agência.

É o Presidente do Lions Club de Castro, e com ele muitos companheiros meus do Partido Popular, dirigentes do Partido, Vereadores do Município de Castro, mantêm relações de amizade muito estreitas.

Fui consultado e disse que, em se tratando da inauguração de instalações de uma agência oficial, eles deveriam comparecer, deveriam ir dar o seu apoio, porque eu não via no quadro um aspecto político, não obstante a presença de lideranças do Partido do Governo.

E eles foram. Tanto é verdade, Sr. Líder, que dos sete vereadores presentes na inauguração, quatro eram do meu Partido, o Partido Popular.

E o que aconteceu?

Quando foi concedida a palavra ao Deputado Norton Macedo, ao invés de o mesmo referir-se à inauguração do banco, ao invés de contar que algumas vezes ele passou em Castro, ao invés de lembrar que a grande obra dele em Castro foi uma perseguição odiosa e nojenta, ao ponto de fazer com que uma moça que dirigia o FUNRURAL fosse exonerada para atendimento de interesses políticos, o que ele vai fazer? Vai usar expressões que gostaria de reprimir. Assistido na inauguração por dirigentes do Banco, por pessoas ligadas aos partidos políticos, e inclusive do PP, ele diz o seguinte: "que meu partido já pode caminhar unido e seguro para a vitória, porque os desleais, os desertores, já foram para o outro lado".

Vejam os senhores, numa inauguração de instalações de um banco oficial, quando comparece um Deputado, Presidente de um Partido, prestigiado pela cidade, pelas agremiações políticas, e tem a descortesia, a ignorância, a arrogância, e a pouca educação, de dirigir esses insultos a quantos ali estavam.

Daí porque deles recebi alguns telefonemas, estranhando inclusive que eu tivesse entendido que deveria a cidade estar presente.

Mas, eu não esperava, jamais poderia imaginar que este moço, que tratei pitorescamente, porque entendo que assim é, do "balófo Delfim paranaense", fosse à minha terra para dizer as "asneiras" que efetivamente disse.

Chegou mais, Srs. Deputados, chegou a dizer ao meu povo povo que ele não identifica, que mal conhece, foi dizer que Castro precisa de um representante na Assembléia Legislativa que honre o voto do povo, e não abandone os companheiros nas horas de decisão política.

Certamente alguém pediu para que ele servisse de instrumento. Certamente outros que acredito que possa até identificar, pediram-lhe para que fizesse tais acusações levianas.

E, se levianas, incontestavelmente, próprias de um leviano.

Não tenho que esconder. Ouvi algumas afirmações do Deputado Erondy Silvério, que não consegui entender, ao falar da madrugada, não sei até onde quis chegar... sempre gostei das expressões claras.

Tenho procurado, tenho feito força, tenho por todos os caminhos buscado ser coerente nas minhas posições, decente, honesto, com aquilo que pretenda e queira dizer, e eu me pergunto inclusive, qual seria a reação do próprio Deputado Erondy, se ele no meu lugar, na minha terra, sofresse o tipo de agressão. Porque aqui já não é um problema político, Deputado. Aqui já não se trata de uma troca de idéias. Aqui é um moço que, se prevalecendo das posições do Governo, do Banco do Estado, foi à minha terra natal dizer desaforos.

Tenho uma tribuna, e através dela vim aqui para fixar as

as minhas posições . . .

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Não vejo como se possa falar na impossibilidade de rever com a máquina inteira, porque o fato não ficou apenas em Castro. Não. Não ficou apenas naquela rápida reunião ocorrida em Castro. Não.

Acontece que o setor de imprensa e divulgação fez com que uma nota saísse em praticamente quase todos os jornais de grande circulação, inclusive do Norte do Paraná.

Eu lá estava quando tomei conhecimento desta notícia, e, sinceramente, não pude aceitá-la. Mas a verdade é uma só.

Eu, por exemplo, conheço o Deputado Norton Macedo. Fui dele colega nos bancos escolares; com ele terminei o curso de Direito na turma "Clóvis Beviláqua", em 1959. Ouvi a explicação do líder que ele estava impossibilitado de rever e que fora para o exterior. Não sei se sozinho ou acompanhado.

Mas, senhores, cheguei a ter a impressão de que houve algum puxão de orelhas, porque eu falei no dia 24. E quem ler o meu discurso verá que não foi propriamente a acusação contra quem quer que seja, mas foi simplesmente uma defesa contra aqueles que detêm o enorme poder nas mãos.

Vejam os senhores, em que terreno estamos caminhando.

O Deputado Gabriel Manoel insiste em apartear-me, e eu gostaria de conceder um aparte a Sua Excelência, porque eu inclusive, de propósito, fiz questão de não identificar aqui aquela pessoa que no meu discurso mereceu logo de início, uma mensagem correta, leal, porque pessoalmente é meu amigo e é cunhado do Deputado Gabriel Manoel. Porque é um homem que merecia figurar nos Anais da Casa, ainda que lamentavelmente neste discurso, mas ficou pelo trabalho que teve na construção do prédio onde hoje se acha também instalado o BANESTADO.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Vossa Excelência sabe que Nazem Fadel é meu cunhado. Eu o estimo como à minha irmã, que é casada com ele. Mas, a justiça deve ser feita.

Se ele construiu esse prédio, ele está recebendo o aluguel justo, e esta moça que Vossa Excelência fala, da própria de Nazem Fadel, meu cunhado, diz que ela não estava satisfeita e não estava atendendo os munícipes castrenses. Eu não tenho nada com o caso.

Mas, quando Vossa Excelência ataca o Presidente do meu partido, injustamente, porque não queria Vossa Excelência que fosse o Presidente do PDS a Castro fazer apologia do Partido da Oposição.

Seria um pouco de ingenuidade de nossa parte, pensarmos isso.

Vossa Excelência como colega de Norton Macedo, como bilhante homem...

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado, colega de Universidade.

O Sr. Gabriel Manoel — De Universidade, muito bem.

E Vossa Excelência, como homem brilhante, que há três anos atacava Jayme Canet Júnior, e hoje o defende. Então, política são fatos novos. Política, Deputado Dácio Leonel, com o devido respeito que lhe tenho, são fatos e jogos de interesses.

Ontem Vossa Excelência achava que Jayme Canet era o bicho-papão do Paraná. O João Elísio era o cunhado, era oprimido, era o bicho-papão que foi a Castro tomar os seus votos.

E Vossa Excelência, não desta, mas dessa tribuna, quando pertencia ao nosso Partido, atacou Canet muitas vezes, e nós humildemente o defendemos, como defendemos hoje este ilustre ex-Governador que é nosso particular amigo, embora estejamos

em trincheiras diferentes.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado, entendi o pensamento de Vossa Excelência.

Lamentavelmente, faltam dois minutos, para o término do meu discurso, e Vossa Excelência, tristemente, tristemente, tristemente, tristemente . . .

Tristemente falta Vossa Excelência com a verdade, ao afirmar que eu ocupei a tribuna para atacar meu amigo, Jayme Canet Jr.

(interrupção pelo Deputado Gabriel Manoel)

Sr. Presidente, quer me assegurar a palavra?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que está com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço à Mesa por me assegurar a palavra. E apenas faria um convite gentil, educado, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

Sr. Deputado, me traga as notas taquigráficas, porque, se eu falei, elas existem.

Vossa Excelência traga as notas taquigráficas de qualquer pronunciamento meu da tribuna atacando o ex-Governador.

É muito fácil, mas não vamos brigar. Se Vossa Excelência trouxer as notas taquigráficas que provem em algum momento que eu falei, que ataquei o ex-Governador, vou dar a mão à palmatória. Mas, não fique blefando, Sr. Deputado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto que o objetivo, parece que vai sendo alcançado, que era de me roubar os quinze minutos.

Restam-me 15 segundos. Então, vou utilizar os quinze segundos restantes, repetindo mais uma vez, que, só de um cafezinho o meu povo poderia ouvir tamanha idiotice.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pela péssima demonstração de má educação, primeiro não me concedendo aparte, quando ele disse que levei um puxão de orelhas. Eu não sou homem de levar puxão de orelhas de quem quer que seja.

Primeiro não me concedeu o aparte, a fim de que pudessem justificar apenas hoje ter ocupado a tribuna.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para que Vossa Excelência faça expungir da Ata dos trabalhos, a expressão descortês, própria. Até não vou dizer porque tem senhoras aqui no plenário, mas uma expressão que não se pode usar aqui no Parlamento, usada contra o Presidente de um Partido político que detém exatamente a maioria das cadeiras neste Legislativo.

Guarde o Sr. Deputado a sua mágoa, o seu despeito, guarde para si, jamais use dessas expressões quando estiver...

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela Ordem) É uma Questão de Ordem que a Mesa está recebendo, Sr. Presidente? A menos que eu tenha também o direito de ficar falando, senão vão ficar falando os dois.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa fará expungir da Ata as expressões.

A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo delcinado, consulta a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda há pouco ouvimos o nobre Líder da Bancada do PDS, do Governo nesta Casa, dizer que o que tem acontecido aqui é o resultado da vontade da Maioria.

Acho que é oportuno falarmos aqui alguma coisa a esse

respeito, porque o nobre Líder do PDS ocupou a tribuna para defender um companheiro de Partido, e eu também aproveitei destes momentos para dizer que, também estamos aqui, para entrarmos em defesa de alguns companheiros que, no nosso entendimento, têm sido atacados.

A Maioria, acredito, se ela for usada de maneira democrática, faz o encaminhamento correto da vida de uma nação. Mas, nós tivemos dentro da História, a maioria nazista, que resolveu exterminar os judeus.

Temos, em alguns países, maiorias que procuram esmagar a cultura de minorias; e ainda outro dia, ouvindo uma estação de rádio em Curitiba, em quinze minutos ouvi propaganda do Governador Ney Braga, do Secretário da Saúde e de outro Secretário candidato, desesperado, em busca de votos.

Mas para resumir, vimos o uso indevido do dinheiro público, para tentar fazer a manutenção dessa Maioria; Maioria fruto da Lei Falcão; Maioria, fruto de designação de intervenientes em áreas de Segurança Nacional; Maioria, fruto da sublegenda, porque quando perto de derrotas, fabricavam fórmulas para se manter Maioria.

E vejo alguns jovens companheiros meus aqui. E, se bem entendi, quando Darcy Deitos ocupou a tribuna para ler um editorial do jornal "Indústria e Comércio", estava dizendo das posições de interpretação de um jornalista daquele jornal.

E parece-me, mais uma vez, que foi duramente criticado — se bem entendi. E quero dizer que, muitas vezes, a agressividade de alguns Companheiros do meu Partido, é uma agressividade contra esta Maioria que não respeita direitos; Maioria que nasce num desvão de um palácio.

Os Leitões de Abreu, fabricando fórmulas para tirar o povo dos forns de decisões.

E, quando me lembro de Darcy Deitos, no relato de companheiros da cidade dele, vendendo pipoca e amendoim, nascido de um lar pobre e trabalhador, fazendo campanhas contra essa Maioria, muitas vezes corrupta, nascidas no ventre medonho de ditaduras, tenho que assumir esta tribuna, como Presidente do Partido, para dizer que estou com Darcy Deitos, maioria em Campo Mourão, fruto do voto livre, contra o poderio econômico, contra os adversários poderosos.

Lembro-me de José Tavares, que ainda tem o pai morando num sítio, filho de gente trabalhadora e humilde; eu vejo José Tavares combatendo o crime e a corrupção da minha cidade.

Então, quando um homem como José Tavares, muitas vezes usa de uma linguagem pesada e incisiva, eu que sou Presidente do Partido, pela vontade deles, me sinto solidário, irmão e companheiro.

Conheço a família de Tavares, conheço a luta dele contra o crime organizado, e me lembro das visões que tenho do pai e da mãe de Fiori Luiz, da mulher de Fiori Luiz, que é companheira de campanha, na busca pobre, na campanha à pé em busca do voto, não com propaganda financiada por BANESPA por BANESTADO, por Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento de Municípios.

Ora, a minha solidariedade, José Tavares, porque vocês é que dão o sal da política: Fiori, Nelson, Darcy, Tadeu, Companheiros que estão aqui.

É o repúdio de uma juventude que está se colocando contra... (algazarra)

Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra, porque não estou aqui para provocar ninguém, nem receberei demonstrações incompatíveis...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Vossa Excelência está com a palavra.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Mas, como dizia, Companheiros...

O Sr. Augusto Carneiro — Insisto, Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Oportunamente. Dentro de cinco minutos resolverei se vou conceder aparte ou não.

Mas, o que está me pretendendo apartear, numa entrevista que saiu em todos os jornais, chamou as minorias de "grupelhos".

Lembro-me, Sr. Presidente, que um velho militante político, neste País, um homem que esteve na luta d'"O Petróleo é nosso", na luta pela criação da PETROBRÁS, tinha dois filhos. E vivíamos o período da Redentora Revolução de Março. O pai, nacionalista, lutando pela liberdade social, econômica e política desta terra; um filho gostando de política, o outro, nem queria ouvir falar em política.

Aquele que gostava de política, estudante, entrando nas manifestações de 68 contra o regime, acabou no calabouço da ditadura, no Estado de São Paulo. E lá, como foram tantos assassinados, esse que gostava de política apanhou como o diabo acho que nunca apanhou. O pai, militante velho, vai em defesa do filho. Vai para a cadeia. Acabam torturando-o, matando-o.

E aquele outro que nem gostava de política, acabou sendo assaltante de bando, para pegar na metralhadora e tentar derrubar o regime que estava com aqueles que eram talvez Minorias, mas que tinham seus direitos escritos nesta Constituição que está aí e que meu Companheiro ontem tentou rasgá-la, e acho que nem seria exorbitante, porque ela está sendo rasgada pelos detentores do poder, todos os dias.

São essas minorias, Sr. Augusto Cordeiro...

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... são essas minorias que Vossa Excelência chama de "grupelhos".

Eu não faço muita diferença entre "carneiro" e "cordeiro", perdoem-me o engano. Não sou da agropecuária.

Então, vejamos Vossas Excelências, que os "grupelhos", no entendimento da posição autoritária de um Deputado que está aí dizendo que precisamos perder a vergonha de ser Maioria. Mas tem muita gente, na Maioria, que não perdeu a vergonha... porque nunca teve. Essa é a grande verdade.

Porque, embora a Nação, de acordo com o humor do dia, com a desopilação figadal que possa ter o General, é demais.

Já falei outro dia, que precisamos ter um País onde os governantes sejam submetidos à lei, e não onde a lei esteja submetida ao fígado do Presidente, que jurou "fazer deste País uma democracia".

E outro dia, queriam o voto facultativo, para jogar o trabalhador longe da urna, para tentar fazer Maioria em cima de uma burguesia apodrecida e cheia de privilégios, para fazer maioria através dessa aliança espúria do capitalismo internacional que tem aqui, os seus "testas-de-ferrão" em todo o Brasil, não só aqui no Paraná.

Mas, meus Companheiros, eu gostaria de dizer que também vim a esta tribuna para dizer que, ontem, os Partidos do PMDB, do PP, do PTB, do PDT e do PT, estiveram reunidos com quase uma centena de associações representativas das forças populares, tendo decidido que caminharão juntas contra essas agressões que o regime tem praticado.

É uma decisão honesta de homens livres, de homens que sabem o que estão querendo, de homens que querem combater claramente, à luz do dia, com suas armas que são as armas de mãos limpas, contra aqueles que querem continuar fabricando Maiorias.

Acho realmente que a Maioria deva impor sua decisão, sua vontade, mas a Maioria também não deve se prevalecer da força, para esmagar Minorias, e nessa hora, quando as prévias apontam que o povo se levantaria nas urnas para marcar a sua posição em favor de uma liberdade, de um novo modelo econômico e

político, já aparecem os fabricantes de decisões antecipadas, de cassações prévias, então, nem o vento ajuda o barco que não sabe para onde deseja ir. E o que nós vemos é uma contradição, dentro do regime, uma ala golpista, que quer fechar, outra, que, fantasiada de democrata, engana o povo, e uma sinceridade, acreditando na democracia e lutando pela democracia — e me cabe aqui reconhecer que, muitos daqueles do Partido do Governo que aqui estão, me parecem corretamente colocados nesse objetivo de também se conseguir uma Pátria livre, soberana, e que escreva uma nova Constituição, um novo pacto social através da vontade de todos inclusive das minorias, que devem ser respeitadas e que não são “grupelhos”. Estamos aqui talvez até exorbitando da nossa função, mas devemos assumir. Há responsabilidade de nos ombrearmos com essas minorias que não têm tribuna para colocarem as suas posições, que não têm imprensa, que não têm rádio e não têm televisão, mas nós nos consideramos capazes, porque são nossos irmãos, são nossos companheiros. Não podemos considerar que, os companheiros do PT sejam “grupelhos”! Repudiamos essa definição para os companheiros do PTB e do PDT; nem falo do PP, porque é um Partido bem estruturado e talvez não entrasse nessa denominação simplista, autoritária, com ranço de fascismo que o Sr. Deputado fez, desta maneira.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

É que Vossa Excelência está interpretando erroneamente o texto.

Nobre Deputado, não é surpresa nenhuma Vossa Excelência vir à tribuna para defender companheiros de bancada — perfeitamente natural. No entanto Vossa Excelência, com referência à nota que eu dei ao jornal dizendo que taxei os pequenos, de “grupelhos”, não é verdade, eu disse que, o que não estava certo era formar “grupelhos” — “grupelhos” usando uma expressão de Leonel Brizola — formar “grupelhos” para que se possa negociar, como se Partido político fosse, Partido político só se caracteriza depois de configurado com o voto popular, depois de ter registrado uma comunidade! — (Sem revisão do orador)

O SR. WALDYR PUGLIESI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 56 Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a Vossa Excelência, porque por um lapso até, no momento oportuno, a transcrição, ao final do pronunciamento feito da tribuna, do documento elaborado por Partidos de Oposição e quase uma centena de entidades de instituições civis e sindicatos que compareceram numa reunião de avaliação do “pacote” eleitoral de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a proposição terá que ser consubstanciada em requerimento aprovado pelo Plenário, salvo se o autor tivesse procedido a leitura, da sua tribuna; ao contrário, terá que ser requerido e apreciado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do nobre

Deputado Nilton Friedrich, que encaminhe o requerimento, acompanhado desse documento, até à Mesa, a fim de que seja transcrito nos Anais da Casa.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 42 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95/81, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará”, com sede na cidade de Cambará. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 95/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBARÁ, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 96/81, que denomina a “Rodovia Ítalo Orcelli” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à cidade de Pérola, PR-458. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 96/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada “RODOVIA ÍTALO ORCELLI” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à cidade de Pérola, PR-458.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98/81, que declara de utilidade pública, o Movimento Ecológico “Os Filhos Livres da Natureza”, com sede na cidade de Piraquara. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 98/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Movimento Ecológico “OS FILHOS LIVRES DA NATUREZA”, com sede e foro na cidade de Piraquara.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
ANTÔNIO COTRIM — Relator



**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 99/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Mestres” Santa Izabel, da “Escola Dirce de Aguiar Maia”, com sede e foro na Vila Santa Izabel, na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 99/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES SANTA ISABEL DA ESCOLA DIRCE DE AGUIAR MAIA, com sede e foro na Vila Santa Izabel, na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade, COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

27 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que faça constar da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, que os votos contrários a essa emenda, são proferidos por Deputados das Oposições aqui presentes. Inclusive, apelo a Vossa Excelência que verifique quais os partidos de Oposição aqui representados, para que conste, efetivamente, que tais Partidos de Oposição, inclusive o nosso, votaram contra essa emenda por se tratar de assunto diverso do projeto principal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que fará constar de que, a Oposição votou contrariamente. Mas, dificilmente poderá constatar quais os Partidos que estavam presentes.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 138/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 117/81, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976. (Estatuto do Magistério). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 114/81), que dispõe a aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o projeto e a emenda.  
Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

28 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovada.**

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Tomo a liberdade de invocar a Vossa Excelência as mesmas razões anteriormente expostas ao Projeto 79/81, que seja adotada para este projeto que está em discussão e em votação, que é o 139/81.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela mesmas razões a Mesa fará constar da Ata.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 86/81, (Mens. Govern. n.º 92/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e os municípios que especifica. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 92/81, (Mens. Govern. n.º 100/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 95/81, (Mens. Govern. n.º 105/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Castro e Ponta Grossa, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — **Aprovado.**

O SR. CYRO MARTINS — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero que fique registrado o meu voto contra este projeto que veio oriundo do Governo do Estado, referente aos convênios entre a Secretaria de Segurança e as Prefeituras de Castro e Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará constar o voto contrário de Vossa Excelência.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 91/81, (Mens. Govern. n.º 99/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Manguaçu, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros, na sede daquele município. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 88/81, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
37 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, à ex-Proposição n.º 51/80, que aprova as Contas do Governo do Estado do Paraná referentes ao exercício de 1979. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação. (É feita a verificação de votação)

28 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que cria o Distrito Administrativo de Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim de Oliveira, ocorrido na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Seme Salomão, ocorrido na cidade

de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Teodoro de Oliveira, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Francisca Anibelli, ocorrido em São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em voto de agradecimentos, pela assinatura do contrato de refinanciamento dos mutuários da Associação do Núcleo Residencial "Jardim Samambaia" de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Líderes dos Partidos Políticos no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo entendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

14 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para amanhã, dia 3, quinta-feira, às 17:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 30, 32, 38/80, 12, 17, 79 e 139/81 e de Resolução n.º 92/81.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/81.

Marcando ainda, uma sessão para dia 4, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 22/81, de Lei Complementar n.º 138/81, Projeto de Resolução n.º 90/81.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/81.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, dia 03, às 15:00 horas será realizada a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cardeal Dom Evaristo Arns.

Levanta-se a sessão.